

A Rota para Abu Ghraib: Experiência e Doutrina da Detenção do Exército Americano

Major (Res) James F. Gebhardt, Exército dos EUA

AS IMAGENS desoladoras de nudismo obtidas na Prisão de Abu Ghraib desaparecem e reaparecem na mídia, sempre que mais um soldado americano é convocado para responder, formalmente, às acusações pelos acontecimentos. Enquanto isso, o Exército assegura que tal episódio não ocorrerá novamente, nem lá nem em qualquer outro lugar. A descoberta do que gerou os eventos da Prisão de Abu Ghraib e como eles ocorreram faz parte desse processo de reparação do erro.

As Convenções de Genebra

Num esforço para abordar as imperfeições das leis internacionais da guerra terrestre expostas pelos danos provocados durante a Segunda Guerra Mundial, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) submeteu quatro Convenções à aprovação dos delegados, em Genebra, no dia 12 de Agosto de 1949. Essas convenções são definidas a seguir:

1. A Convenção de Genebra para melhorar a condição dos feridos e doentes das Forças Armadas no campo de batalha.

2. A Convenção de Genebra para melhorar a situação dos feridos, doentes e náufragos das Forças Armadas no mar.

3. A Convenção de Genebra relativa ao tratamento de prisioneiros de guerra.

4. A Convenção de Genebra relativa à proteção das pessoas civis em tempo de guerra.¹

A terceira Convenção, que trata dos prisioneiros de guerra, possui 143 artigos, divididos em seis partes.

Parte I: “Provisões Gerais”- contém 11 artigos. Os artigos 3, 4 e 5 merecem uma consideração especial. O artigo 3 estabelece um tratamento padronizado básico a ser dispensado às pessoas que não participam das hosti-

lidades por motivos de doença, ferimento, detenção ou por qualquer outra circunstância ocorrida durante um conflito armado, que não seja de caráter internacional. Na assinatura da Convenção, o artigo 3 foi uma tentativa de se estabelecer uma proteção mínima padronizada para os envolvidos em uma guerra civil ou insurreições.

O artigo 4 define aquele que está sujeito ao tratamento de Prisioneiro de Guerra (*Prisoners of War — POW*), segundo a Convenção e, sendo assim, quem tem direito à proteção adicional. O artigo 4 ainda inclui os quatro aspectos específicos aplicáveis aos integrantes de milícias e corporações voluntárias, que, obrigatoriamente, devem:

1. ser comandados pela pessoa encarregada;
2. usar uma marca ou símbolo de identificação visível à distância;
3. usar armas abertamente e
4. conduzir operações de acordo com as leis e costumes de guerra.

O artigo 5 define que, surgindo questionamentos sobre um determinado tratamento a se dispensar a um detido, um tribunal será responsável pela definição do mesmo.

Parte II- “Proteção Geral de Prisioneiros de Guerra”— consiste em cinco artigos (do artigo 12 ao 16), que definem claramente, a proteção e os direitos acordados para todos aqueles, qualificados como prisioneiros de guerra, segundo o artigo 4. O artigo 12 estipula que a Força responsável pela captura pode transferir a custódia do prisioneiro de guerra, desde que a outra Força, uma vez recebida a custódia, também observe as Convenções de Genebra. Determina, ainda, que a transferência da custódia não transfere responsabilidade.

Parte III- “Cativo”— (do artigo 17 ao 108) regulamenta cada aspecto do tratamento dos prisioneiros de guerra, durante o período de cativo. Como exemplo,

os soldados, quando questionados, com base em parte do artigo 17, devem somente fornecer o nome, grau hierárquico e número de série. Uma outra parte do mesmo artigo proíbe o uso de tortura mental ou física, bem como a coerção contra um detido, que se recusa a dar informações adicionais.

Parte IV- “Término do Cativoiro”- (do artigo 109 ao 117) discorre sobre a repatriação de prisioneiros seriamente feridos ou doentes durante as hostilidades, a libertação e repatriação dos mesmos, quando da conclusão das hostilidades, e a disposição dos corpos de prisioneiros que tenham morrido durante o período de cativoiro.

Parte V — Gabinete de Informações e Grupos de Auxílio aos Prisioneiros de Guerra (do artigo 118 ao 125), orienta as partes envolvidas no conflito quanto ao estabelecimento de escritórios e agências destinadas à localização de prisioneiros de guerra, bem como autoriza o Comitê Internacional da Cruz Vermelha a organizar uma agência internacional para recebimento e difusão dessas informações.

Parte VI — “Execução da Convenção” (do artigo 126 ao 243) define os meios disponíveis para implementar a Convenção e também para oferecer denúncia, sempre que uma das partes manifeste esse interesse. Embora os Estados Unidos tenham assinado todas as quatro Convenções de Genebra em dezembro de 1949, o Senado Americano somente as ratificou no dia 2 de fevereiro de 1956.

Guerra da Coréia (1950-1953). No dia 23 de julho de 1950, um mês antes da Coréia do Sul ter sido invadida pelo Exército da Coréia do Norte, o General do Exército Americano Douglas MacArthur anunciou que o Comando das Nações Unidas havia adotado as disposições previstas pela Convenção de Genebra, para o tratamento de prisioneiros de guerra. O Presidente da República da Coréia, Syngman Rhee, fez acordo semelhante, para cumprimento pelo seu governo.² Essas eram promessas difíceis de serem cumpridas. Em meados de 1951, o Comando das Nações Unidas (*United Nations Command — UNC*) havia capturado aproximadamente 165.000 prisioneiros de guerra de diferentes grupos. Alguns eram comunistas da Coréia do Norte, outros eram anticomunistas da Coréia do Sul, recrutados pela Coréia do Norte durante o deslocamento de suas tropas pela península; alguns comunistas chineses, além de alguns nacionalistas, anticomunistas chineses, que foram obrigados a prestar serviço militar depois de terem sido derrotados, na recente guerra civil.

Por uma série de razões práticas e políticas, o Comando das Nações Unidas decidiu que os prisioneiros de guerra inimigos permaneceriam no teatro de operações detidos nos campos administrados pelo Exército Americano, sob a guarda de unidades do Exército da República da Coréia. Diversos campos, incluindo o hospital de campanha em Pusan, foram construídos no

continente e em Koje-do, uma ilha grande afastada da costa. Os prisioneiros foram evacuados, por transporte terrestre, para esses campos. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha visitava regularmente esses campos de prisioneiros de guerra inimigos do Comando das Nações Unidas, relatando as ocorrências para a direção das Nações Unidas e para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha em Genebra.³

A vida naqueles campos era difícil, em ambos os lados da cerca. Os prisioneiros eram mantidos em tendas superlotadas ou alojamentos de maneira precariamente construídos. A dieta servida aos prisioneiros era “politicamente correta”, em termos modernos — arroz, peixe e uma outra variedade da culinária asiática. Os prisioneiros tinham acesso a tratamento médico sofisticado, bem

As imagens desoladoras de nudismo obtidas na Prisão de Abu Ghraib desaparecem e reaparecem na mídia, sempre que mais um soldado americano é convocado para responder, formalmente, às acusações pelos acontecimentos. Enquanto isso, o Exército assegura que tal episódio não ocorrerá novamente, nem lá nem em qualquer outro lugar.

como a atividades educacionais e culturais. Porém, a rivalidade política entre as facções de prisioneiros gerava conflitos físicos, assassinatos e rebeliões em grande escala. O Governo da Coréia do Norte infiltrou agitadores políticos nesse sistema de campos de prisioneiros, com o propósito de instigar e controlar prisioneiros agitados, a fim de depreciar o Comando das Nações Unidas no âmbito internacional e manter as tropas inimigas empenhadas por mais tempo. Em diversas oportunidades, a Coréia do Norte foi praticamente bem-sucedida em todos os aspectos. Várias vezes o Comando das Nações Unidas teve que empregar unidades de infantaria e mecanizadas nos campos de prisioneiros para restabelecer a ordem.

Examinando-se a experiência de Guerra da Coréia, uma lição a ser aprendida refere-se a “não forçar a repatriação”. Milhares de prisioneiros não queriam ser repatriados para um país que não consideravam como sua pátria. Esses, em sua maioria, eram sul-coreanos, que foram obrigados a se alistar no Exército da Coréia do Norte e ex-soldados nacionalistas chineses, que preferiam ser repatriados para Taiwan do que para a China. Com o assessoramento da Junta Combinada de Chefes do Estado-Maior, o Presidente dos Estados-Unidos, Harry S. Truman, estabeleceu o fim da repatriação forçada, como uma forma de armistício, a respeito da qual não haveria negociação, a não ser a forma de sua implementação.⁴

A recusa da Coreia do Norte a se submeter a tal acordo prolongou as discussões e a guerra por aproximadamente mais 2 anos. No final, a Coreia do Norte cedeu e o princípio foi estabelecido. Aproximadamente 85.000 prisioneiros de guerra inimigos foram repatriados para

Qualquer operação de detenção de prisioneiro de guerra inimigo, independente de seu porte ou relevância, tem uma alta repercussão internacional. Finalmente, a estrita adesão pela Força Armada à Convenção de Genebra sobre o tratamento de prisioneiros de guerra, jamais garantiu procedimento recíproco aos prisioneiros de guerra americanos em poder do inimigo.

a Coreia do Norte no final das hostilidades em 1953, quase a metade do total de prisioneiros. Os prisioneiros restantes ficaram na Coreia do Sul ou foram repatriados para Taiwan.

Uma outra importante lição aprendida da Guerra da Coreia refere-se à vergonha na área internacional ou à pressão sobre a Coreia do Norte pelo não cumprimento da Convenção de Genebra relativo ao tratamento dos prisioneiros de guerra do Comando das Nações Unidas. Embora aproximadamente 13.000 prisioneiros do Comando das

Nações Unidas tenham sido libertados ao final da Guerra da Coreia, milhares de outros morreram em cativeiro, por desnutrição, tratamento inadequado, além de outras situações inexplicáveis.

Guerra do Vietnã (1965-1973). Considerando que, em diversos aspectos, a Guerra do Vietnã foi vista como uma insurreição, desde cedo o Governo dos EUA definiu como e quando deveria ser aplicada a Convenção de Genebra sobre prisioneiros de guerra. O Governo Sul-Vietnamita considerava os vietcongues capturados prisioneiros políticos e não como prisioneiros de guerra inimigos, colocando-os em presídio civil, algumas vezes sem o devido processo. As unidades militares sul-vietnamitas tampouco observaram a Convenção de Genebra sobre prisioneiros de guerra no campo de batalha, freqüentemente torturando e executando prisioneiros vietcongues. Considerando a decisão política do alto escalão do Governo Americano de entregar todos os capturados no campo de batalha para a custódia do Governo Sul-Vietnamita e diante da realidade de que um número crescente de americanos estava sendo capturado como prisioneiros de guerra, em agosto de 1965, os Estados-Unidos declararam que passariam a aplicar a Convenção de Genebra, sobre o tratamento de prisioneiros de guerra no Vietnã. O Governo Sul-Vietnamita, em seguida, tomou a mesma decisão. Um evento que aumentou a pressão sobre o Governo dos EUA, foi a execução de dois consultores americanos, como retaliação pela execução de

Artigo 3 da Convenção de Genebra

Em caso de conflito armado que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Partes contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada a aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:

1) As pessoas que não tomem parte diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimento, detenção, ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável, baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar relativamente às pessoas acima mencionadas:

a) As ofensas contra a vida e integridade física, em especial o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios;

b) A tomada de reféns;

c) As ofensas contra a dignidade das pessoas, em especial os tratamentos humilhantes e degradantes;

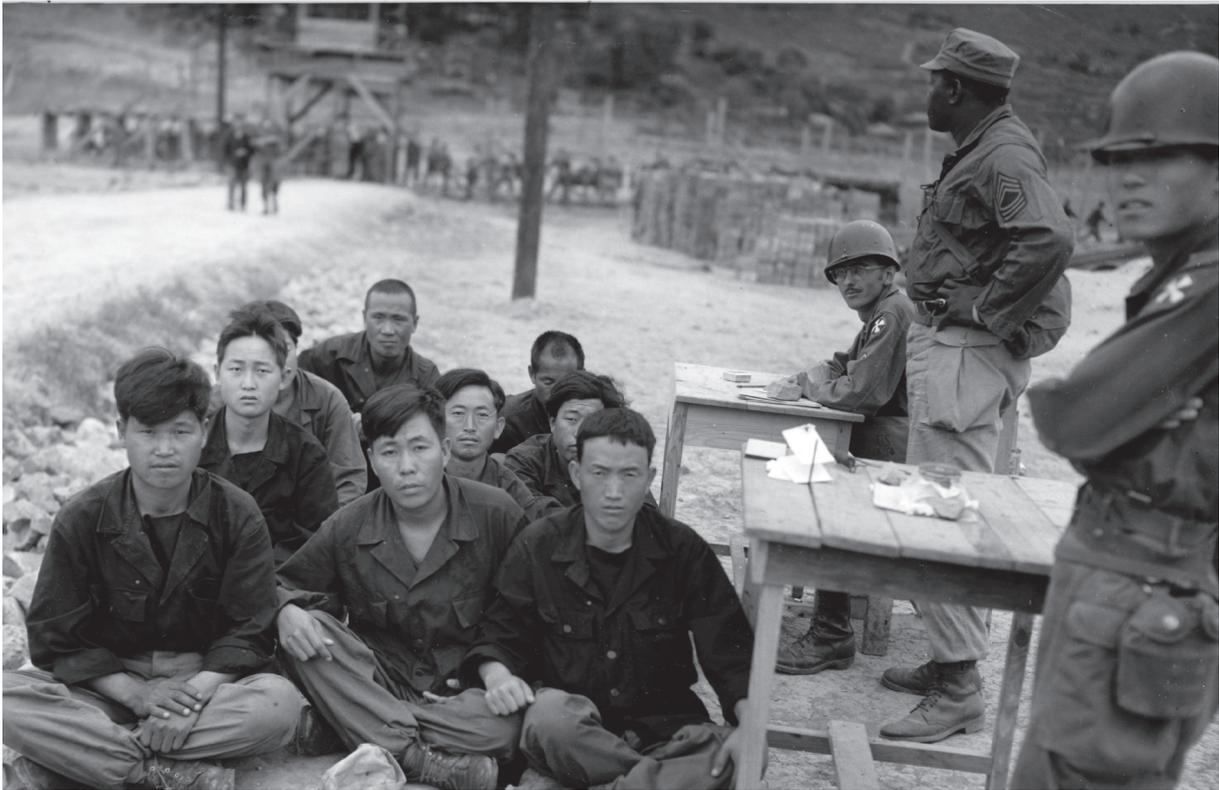
d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizadas por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados.

2) Os feridos, os doentes e os náufragos serão recolhidos e tratados.

Um organismo humanitário imparcial, tal como a Comissão Internacional da Cruz Vermelha, poderá oferecer os seus serviços às Partes no conflito.

As Partes no conflito esforçar-se-ão também por pôr em vigor, por meio de acordos especiais, todas ou parte das restantes disposições da presente Convenção.

A aplicação das disposições precedentes não afetará o estatuto jurídico das Partes no conflito.



Prisioneiros de guerra inimigos da Coréia do Norte que pediram para não serem entregues ao controle comunista. (1952)

prisioneiros vietcongues pelo sul-vietnamitas.⁵

No começo do ano de 1966, depois de examinar a questão, o Chefe do Estado-Maior Combinada, General Earle G. Wheeler, determinou que o artigo 3 da Convenção de Genebra, sobre prisioneiros de guerra, deveria ser o parâmetro orientador do tratamento de detidos capturados no campo de batalha. A Assessoria do Comando Militar Vietnamita (*Military Assistance Command, Vietnam - MACV*), rapidamente redigiu e publicou diretrizes para serem implementadas, incluindo a previsão do tribunal previsto no artigo 5, a fim de determinar a situação dos detidos.⁶ Nenhum detido seria entregue à custódia sul-vietnamita sem que tivesse sido definida a sua situação.

Com o apoio material e assessoramento dos EUA, o Governo Sul-Vietnamita construiu cinco campos, um em cada zona de ação tática sendo o último na área de Saigon. Equipes de assessores da Polícia do Exército do Exército Americano foram designadas para esses campos, com a finalidade de assegurar que os sul-vietnamitas estavam cumprindo com a Convenção de Genebra, quanto ao tratamento de prisioneiros de guerra. Em dezembro de 1971, os sul-vietnamitas tinham mais de 35.000 prisioneiros distribuídos em seis campos, sendo que quase um terço desses foram capturados pelas tropas norte-americanas.

Os Estados Unidos e o Vietnã do Sul também uniram

seus esforços de inteligência para os interrogatórios, montando locais conjuntos para interrogatório na área de cada brigada e divisão americana e um central nas proximidades de Saigon.⁷ Normalmente, esses locais mantinham recursos para funcionar num período de 1 a 7 dias. Em casos excepcionais, podendo se estender por 4 meses. Segundo a orientação da Assessoria do Comando Militar Vietnamita, todos os interrogatórios deveriam ser conduzidos de acordo com os padrões estabelecidos pela Terceira Convenção de Genebra, especialmente quanto à proibição de maus tratos. Porém, assim como na Coréia, os americanos não conseguiram obter o mesmo tipo de tratamento para suas tropas, capturadas pelo Vietnã do Norte e seus aliados nas selvas do Sudoeste Asiático.

Granada (Outubro de 1983). Na Operação *Urgent Fury*, um pequeno contingente dos “Rangers” do Exército e dos Fuzileiros Navais dos EUA chegaram na ilha de Granada para destituir um governo pró-Cuba e proteger centenas de alunos americanos que estudavam nas escolas de Medicina. No decorrer de vários dias de operação militar, as forças americanas prenderam 1.500 pessoas de nacionalidade cubana e de membros do Exército Popular Revolucionário (*People’s Revolutionary Army — EPR*). Inicialmente, as unidades de combate mantiveram seus próprios prisioneiros e, logo em seguida, uma pequena Força de Paz Caribenha, constituída de policiais de Bar-



Departamento de Defesa

Um médico cubano fala com os soldados da 82ª Divisão Aeroterrestre enquanto detidos que trabalham na construção civil aguardam um meio de transporte para deixarem Granada e retornarem aos seus países. (1983)

bados e da Jamaica, seguidos por elementos de Polícia do Exército do XVIII Corpo Aeroterrestre do Forte Bragg — Carolina do Norte, assumiram aquelas funções. Primeiramente essa Força de Paz do Caribe e a Polícia do Exército Americano ficaram responsáveis pelos detidos.⁸ A Junta de Chefes do Estado-Maior Combinado e o Departamento de Estado decidiram tratar todos os detidos como prisioneiros de guerra inimigos, sem contudo conferir-lhes formalmente esse status.⁹ A descrição predominante para a manutenção dos prisioneiros de guerra em Granada era provisória, isto é, apenas o essencial (casa, alimentação, roupas, tratamento médico e triagem). Os soldados e seus líderes fizeram o melhor possível nessa situação difícil.¹⁰ Se os recursos eram limitados, o mesmo ocorria com o número de prisioneiros e a duração da operação. Alguns dias depois, com o final das hostilidades, os cubanos foram repatriados para Cuba com a ajuda do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Os membros do Exército Revolucionário Popular foram entregues para o novo governo estabelecido em Granada.

Panamá (Dezembro de 1989). Na Operação *Just Cause* o planejamento do XVIII Corpo Aerotransportado levou em consideração os ensinamentos aprendidos em Granada e incluiu as operações de detenção em seus planejamentos. Eles escolheram o complexo para adestramento *Empire Range* como o local de detenção e, preposicionaram os suprimentos para construir e manter o funcionamento necessário para um campo de prisioneiros.¹¹ Aproximadamente 4.000 detidos circularam por esse campo no final de 1989 e início de 1990 sob a atenta e permanentemente supervisão das Unidades da Polícia do Exército Americano do Forte Bragg, com o apoio de Oficiais da Polícia do Exército do Forte Lee, na Virgínia, e da Guarda Nacional Militar de Missouri.¹² A instalação para interrogatório de Inteligência Militar, também operada por uma unidade do Forte Bragg, foi colocada

no campo. Com o objetivo de determinar o status dos detidos, foi formado um tribunal informal de acordo com o previsto no artigo 5. Esse tribunal era composto pelo Comandante da Polícia do Exército do Campo, um oficial de Inteligência Militar de alta patente e um juiz designado.¹³

As prescrições estabelecidas pela Convenção de Genebra relativas ao tratamento de prisioneiros de guerra foram aplicadas a todos os detidos desde o início das operações. Eles tinham direito a tratamento médico, contato com familiares, visitação e outros estabelecidos pela Convenção. Assim que o novo Governo do Panamá assumiu o controle do país, os detidos foram entregues e deixados à disposição do país. Em janeiro de 1990, apenas um pequeno número permanecia em custódia.

Alguns foram trazidos para os Estados Unidos para julgamento civil. Os demais permaneceram em custódia no Panamá.

Arábia Saudita (1991). Durante a Operação *Desert Storm* a tarefa de detenção dos prisioneiros de guerra inimigos foi conferida à 800ª Brigada de Polícia do Exército, cujo Quartel General do Componente da Reserva do Exército dos EUA era em Nova York.¹⁴ A Brigada e as Unidades de apoio de Polícia do Exército foram designadas para o 22º Comando Logístico tão logo as mesmas chegaram à Arábia Saudita. Empregando os próprios recursos, bem como com as aquisições feitas pelo Governo da Arábia Saudita, eles construíram quatro campos de grande porte para os prisioneiros de guerra inimigos, localizados nas proximidades das duas principais rotas de suprimento, leste e oeste, e das duas instalações para interrogatório.

No começo da operação, a equipe de assessores da Polícia do Exército treinou os sauditas para assumirem as missões relativas aos prisioneiros de guerra inimigos. A Guerra durou apenas 100 horas, mas acarretou 70.000 prisioneiros de guerra, muitos dos quais foram capturados após a assinatura do acordo de cessar fogo. A Convenção de Genebra sobre o tratamento de prisioneiros de guerra foi respeitada em todas as instâncias. A 800ª Brigada da Polícia do Exército organizou um tribunal informal, de acordo com o artigo 5, para o atendimento à demanda de uma série de detidos, que diziam ser civis iraquianos.

A Arábia Saudita arcou com todos os ônus do apoio logístico às operações dos prisioneiros de guerra inimigos. Todos os prisioneiros e alguns campos, passaram ao controle da Arábia Saudita. Os demais campos foram desmontados. Depois da Guerra, aproximadamente 13.000 iraquianos, que não aceitaram o repatriamento para o Iraque, foram reclassificados como refugiados, com a cooperação do Governo da Arábia Saudita e a assistência do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.



Logo após a captura, os soldados da Força de Defesa Panamenha recebem água para beber. (1989)

Haiti (Setembro 1994). A Polícia do Exército do XVIII Corpo-de-Exército Aerotransportado operou um Centro de Detenção Combinado em Port-au-Prince, Haiti, durante a operação *Uphold Democracy*.¹⁵ Junto a esse centro funcionou um Posto de Interrogatório Combinado, operado por uma Unidade de Inteligência Militar do Forte Bragg. O centro combinado foi construído dentro de um galpão vazio e abrigou cerca de 200 detidos. As disposições da Convenção de Genebra, relativas ao tratamento de prisioneiros de guerra, foram aplicadas desde o começo da operação. Representantes do Comitê Internacional da Cruz Vermelha visitavam com frequência essa instalação.

Durante a operação, a Polícia do Exército reclamou das táticas de interrogatório adotadas pela Inteligência Militar. Os juízes aconselharam ambos os lados, quanto à aplicação dos artigos da Convenção de Genebra no tratamento dos prisioneiros de guerra. Na análise pós-ação a autoridade judiciária atribuiu os problemas surgidos em uma discordância de culturas de interrogatório, entre a Polícia do Exército e a Inteligência Militar.¹⁶ O comandante da Companhia de Polícia do Exército, Capitão Edward Armstrong, mais tarde, fez a seguinte observação: “Esta era uma missão comandada pela Polícia do Exército, independente da tentativa da Inteligência Militar em dirigir e dar ordens aos nossos guardas”.¹⁷ Analisando aqueles eventos e comparando-os com os fatos recentemente acontecidos na prisão de Abu Ghraib no Iraque, o ocorrido nas operações de detenção

no Haiti podem ter servido de balão-de-ensaio para as operações futuras.

Temas em comum. Uma série de temas em comum emerge, ao se fazer uma análise desses casos estudados. Primeiramente, a Convenção de Genebra sobre o tratamento de prisioneiros de guerra aplicava-se a cada caso, com base na inspeção e apreciação dos relatórios do Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Além disso, as decisões sensíveis e críticas eram sempre adotadas no teatro de operações e nos níveis da autoridade do comando nacional. Cada caso estudado, com exceção do acontecido no Panamá, mostrou falta de preparação logística para as operações com prisioneiros de guerra inimigos. Todos esses casos estudados ilustram a importância de um adequado adestramento sobre a Convenção de Genebra, para todos aqueles que atuam nas Instalações de Detenção. Qualquer operação de detenção de prisioneiro de guerra inimigo, independente de seu porte ou relevância, tem uma alta repercussão internacional. Finalmente, a estrita adesão pela Força Armada à Convenção de Genebra sobre o tratamento de prisioneiros de guerra, jamais garantiu procedimento recíproco aos prisioneiros de guerra americanos em poder do inimigo.

Regulamentos do Exército.

Existem três Regulamentos no Exército (*Army Regulations*) sobre os prisioneiros de guerra inimigos e as operações de detenção que foram divulgadas durante os períodos dos conflitos estudados: o Regulamento

633-50, Administração de Prisioneiros de Guerra, Emprego e Compensação, publicado em agosto de 1963; o Regulamento 190-8, Prisioneiros de Guerra Inimigos — Administração, Emprego e Compensação publicado em junho de 1982; e o Regulamento 190-8, Prisioneiros de Guerra Inimigos, Civis Aprisionados e outros Detidos, publicado em novembro de 1997.¹⁸ O Regulamento de 1963 atribui responsabilidade de Estado-Maior ao Subchefe de Pessoal e ao Chefe do Serviço de Polícia, sem tecer nenhuma consideração sobre uma política norte-americana a respeito do tratamento e proteção geral dos prisioneiros de guerra inimigos, passando toda essa responsabilidade ao comandante do campo de prisioneiros. O citado Regulamento é influenciado e baseado nas

A atual Doutrina de Detenção do Exército americano não é tão falha, porém um tanto desestruturada. Os guardas da Polícia do Exército e os interrogadores da Inteligência Militar, se devidamente treinados, supervisionados e comandados de modo competente, tratarão os detidos e as fontes, com o devido respeito às disposições da Convenção de Genebra.

questões da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista o emprego dos prisioneiros de guerra inimigos em atividades domésticas, industriais e agrícolas.

Em 1982, o Exército tornou-se o agente executivo do Departamento de Defesa para questões relativas aos detidos e aos prisioneiros de guerra inimigos, sob a responsabilidade do Subchefe de Pessoal do Estado-Maior. O novo regulamento continha declarações gerais sobre a política de proteção, que se aplicavam a “todas as pessoas capturadas, internadas ou mantida sob custódia, por qualquer outra razão, do Exército Americano”.¹⁹ Essa declaração era baseada no artigo 3 e nos demais artigos da Convenção de Genebra, porém esse regulamento do Exército não definia claramente quem era o responsável pelo cuidado e tratamento dos prisioneiros de guerra inimigos e detidos; também reconhece o Comitê Internacional da Cruz Vermelha como força de proteção.

A versão do Regulamento do Exército 190-8, publicada em 1997, aplica-se também às demais forças singulares. A responsabilidade de execução fica com o Departamento do Exército e a de Estado-Maior com Subchefe de Planejamento e Operações do Estado-Maior. Esse regulamento define que os comandantes combatentes, comandantes de forças-tarefas e de forças-tarefas combinadas são responsáveis pelo cumprimento das leis internacionais de guerra.²⁰ As declarações dessa política de proteção geral seguem a terminologia e fases empregadas no artigo 3,

combinadas com o texto utilizado no artigo da Convenção de Genebra, sobre o tratamento de prisioneiros de guerra. Em caso de conflito ou discrepâncias entre esse Regulamento do Exército e a Convenção de Genebra, prevalece a Convenção de Genebra.

Publicações Doutrinárias

O Manual de Campanha (*Field Manual*) FM 19-40, *Handling Prisoners of War* (Administração de Prisioneiros de Guerra), publicado em novembro de 1952 (atualizado e revisado em 1964, 1967, 1976 e 2001 com títulos diferentes) contém uma doutrina básica da Polícia do Exército sobre as operações com prisioneiros de guerra inimigos, durante a Guerra da Coréia.²¹ O FM 30-15, intitulado *Examination of Personnel and Documents* (Exame de Pessoal e Documentos), publicado em setembro de 1951, que continha as disposições básicas sobre a doutrina de interrogatório da Inteligência Militar durante a Guerra Coréia, foi atualizado e revisado em 1960, 1967, 1969, 1973, 1978, 1987 e 1992 com títulos diferentes.²²

A análise cuidadosa destes cinco manuais da Polícia do Exército sobre detenção e sete dos oito manuais de Inteligência Militar revela que, com o passar do tempo, os soldados americanos têm se tornado cada vez mais bem instruídos, sobre os artigos da Convenção de Genebra, relacionados à proteção de prisioneiros de guerra. O artigo 3, inicialmente, constituiu-se em uma base, descrevendo, explicitamente, o tratamento, realizado no começo de 1967 e permaneceu assim, em todos os manuais de Inteligência Militar (editados até 1992) e de Polícia do Exército (editados até 2001). Ambas as séries de manuais de campanha estabelecem, claramente, uma ligação direta da Convenção de Genebra e com o Código de Processo Penal da Justiça Militar (*Uniform Code of Military Justice*).²³

Doutrina da Inteligência Militar referente aos integrantes da Polícia do Exército. Os manuais de campanha de interrogatório da Inteligência Militar reconhecem, claramente, a missão de detenção como atribuição da Polícia do Exército. Os guardas da Polícia do Exército sempre desempenharam um papel importante como observadores do comportamento, da atitude e do conhecimento dos detidos, bem como sobre o contato entre os prisioneiros. O manual de interrogatório de 1992 ampliou, consideravelmente, o papel do guarda da Polícia do Exército, de relator passivo para facilitador ativo na investigação dos detidos, explicitando: “Os investigadores coordenam a tarefas da Polícia no processo de investigação”. Os guardas são informados sobre o local em que ocorrerá a investigação, como os prisioneiros de guerra e os detidos serão conduzidos da prisão até o local da investigação, e os tipos de comportamento que serão adotados para facilitar a investigação.²⁴ No seu relatório sobre a Inspeção das Operações de Detidos, o inspetor



Departamento de Defesa

Prisioneiros de guerra iraquianos em processado de triagem durante a Operação Desert Storm. (1991)

geral do Departamento do Exército destacará os aspectos divergentes entre a doutrina de detenção utilizada pela Polícia do Exército e a doutrina de interrogatório empregada pela Inteligência Militar.²⁶

Especificamente, desde 1978, os manuais de campanha de interrogatório da Inteligência Militar colocaram suas equipes de interrogatório na zona de ação da Polícia do Exército, nas áreas de detenção dos prisioneiros de guerra inimigos e nas prisões. A Doutrina da Inteligência Militar tem, constantemente, exigido que as equipes encarregadas dos interrogatórios dos prisioneiros de guerra inimigos coordenem com os comandantes da Polícia do Exército encarregados dessas áreas, os temas específicos, de modo a facilitar a missão de interrogar. Tomando como referência a Operação *Desert Storm*, o manual de interrogatório, de 1992, sugere que os comandantes das unidades de Inteligência Militar procurem oportunidades de adestramento combinado com as unidades de Polícia do Exército encarregadas dos Prisioneiros de Guerra, como uma forma de coordenar essas questões.²⁶

Doutrina da Polícia do Exército sobre os Interrogadores da Inteligência Militar. Antes de 1976, os manuais da Polícia do Exército mantinham uma postura de “obter o máximo de informações possíveis” como o princípio básico das operações de prisioneiros de guerra inimigos.²⁷ No manual de 1976, esse princípio foi suplantado pela “implementação da Convenção de Genebra”.²⁸ O manual de 1976 também continha uma forte declaração sobre a proteção dos prisioneiros de guerra, eliminava as referências sobre os guardas que

observavam e relatavam o comportamento dos prisioneiros às equipes de interrogatório, e suprimiu a seção relativa à concessão de apoio a agências externas de inteligência. Desde 1976, os manuais da Polícia do Exército têm reconhecido a missão de interrogatório como parte da missão da Inteligência Militar, o papel passivo do Policial do Exército junto à equipe de interrogatório de prisioneiros de guerra, e admitiu a presença de oficiais de interrogatório da Inteligência Militar no espaço de combate da Polícia do Exército, nas prisões e nas áreas de detenção. Porém, os manuais de detenção da Polícia do Exército, inclusive na versão de 2001, não descrevem detalhes da coordenação de atividades da Inteligência Militar requerida pela Polícia do Exército no campo de batalha. A atividade de interrogatório é considerada um “elefante branco” sobre o qual, a Polícias do Exército prefere evitar comentários.

A atual Doutrina de Detenção do Exército americano não é tão falha, porém um tanto desestruturada. Os guardas da Polícia do Exército e os interrogadores da Inteligência Militar, se devidamente treinados, supervisionados e comandados de modo competente, tratarão os detidos e as fontes, com o devido respeito às disposições da Convenção de Genebra. Existe um conflito intrínseco entre policiar e proteger os direitos dos detidos (missão da Polícia do Exército) e a máxima obtenção de informações de uma fonte, segundo as leis (missão da Inteligência Militar). As autoridades responsáveis pela reparação do dano, causado pelo escândalo ocorrido na prisão de Abu Ghraib, deverão buscar uma solução para tal conflito.

Depois de ter reconhecido o problema, o próximo passo deverá ser a criação de uma política de tratamento clara e geral baseada nas Convenções de Genebra pelo Estado-Maior do Exército. Em seguida, o Comando de Doutrina e Adestramento do Exército (*TRADOC*) poderá assegurar que a Convenção de Genebra sobre a Proteção dos Prisioneiros de Guerra e seu conteúdo relativo à proteção de pessoas civis em tempo de guerra referentes as detenções efetuadas pela Polícia do Exército e as publicações doutrinárias sobre as interrogações feitas pela Inteligência Militar estará definida e aprovada em uma política do Departamento do Exército. O *TRADOC* deverá adotar os passos necessários, para desfazer as

divergências, referentes aos prisioneiros de guerra e à missão de detenção na área de operações, existentes entre a Polícia do Exército e a Inteligência Militar. Finalmente, a publicação de uma nova doutrina deverá definir, claramente, a responsabilidade do comando, segundo a Convenção de Genebra, relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra e de pessoas civis para que as disposições sejam cumpridas em todos os níveis do Comando da Polícia do Exército e da Inteligência Militar. Esse trabalho já foi iniciado com a recente publicação do Plano de Campanha para Operações de Detenção do Departamento do Exército e deverá continuar até que o problema seja definitivamente solucionado. **MR**

NOTAS

1. O texto completo do artigo da Convenção de Genebra pode ser encontrado no Panfleto 27-1, no Departamento do Exército, *Treaties Governing Land Warfare* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office [GPO], 1956), capítulos de 4 a 7.

2. Roy E. Appleman, *South to the Naktong, North to the Yalu (Junho a novembro 1950)* (Washington, DC: U.S. Army Center of Military History, 1986), p. 262.

3. Para uma melhor compreensão a respeito do Comitê Internacional da Cruz Vermelha veja William L. White, *The Captives of Korea* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1957).

4. Walter G. Hermes, *Truce Tent and Fighting Front* (Washington, DC: Gabinete do Chefe de História Militar do Exército dos EUA, 1966), p. 151.

5. Os dois assessores dos EUA executados pelos vietcongues foram o Capitão do Exército Humbert R. Versace e o Master Sergeant Kenneth M. Roraback. Veja Neil Sheehan, "Reds' Execution of 2 Americans Assailed by U.S." *New York Times*, 8 de Setembro de 1965. O Capitão Versace recebeu, uma condecoração póstuma, a Medalha de Honra pelo Presidente George W. Bush em 8 de julho de 2002.

6. Veja *Military Assistance Command, Vietnã (MACV), Directive 381-11*, Inteligência Militar: Procedimentos para o Processamento e Exploração dos Detidos, Repatriados, Suspeitos e Documentos (*Military Intelligence: Intelligence Procedures for Handling, Processing, and Exploitation of Captives, Returnees, Suspects, and Documents*) 5 de março de 1966; e *MACV Directive 20-5* Inspeções e Investigações: Prisioneiros de Guerra – Definição do status (*Inspections and Investigations: Prisoners of War—Determination of Status*) 17 de maio de 1966.

7. Para um debate sobre os esforços de inteligência combinada veja General Joseph A. McChristian, *Vietnã Studies: The Role of Military Intelligence 1965-1967* (Washington, DC: Departamento do Exército 1974) pp. 26-32.

8. Ronald H. Cole descreve a força de manutenção da paz do Caribe em *Operation Urgent Fury: The Planning and Execution of Joint Operations in Grenada, 12 October-2 November 1983*, p. 37 (Washington, DC: Gabinete do Chefe do Estado-Maior Combinado. SP5 Jerry Healy oferece perspectivas à 82ª Divisão Aeroterrestre como a Polícia do Exército deve processar os detidos na *Military Police Journal* (Spring 1984); p. 37. Veja também o Tenente-Coronel Allen Gibbs e o Maj Allen Grammer, "Grenada, Chronology of 82d MPs," *Military Police Journal* (Spring 1984); pp. 34-35.

9. Para uma descrição a respeito da confusão no início da Operação *Urgent Fury*, veja Mark Adkins, *Urgent Fury: The Battle for Grenada* (Lexington, Massachusetts: Lexington Books, 1989).

10. A decisão de empregar o polígono de tiro *Empire* para adestramento foi feito apenas uma semana antes do início da operação e o material bélico foi preposicionado e pronto para ser empregado no D-3 (mensagem eletrônica enviada pelo Ten Cel Kevin Govern para o autor, 19 de julho de 2004). O Ten Cel Govern (na época capitão) era o juiz militar designado para a 16ª Brigada de Polícia do Exército, a principal unidade responsável pelos prisioneiros de guerra dessa operação.

11. Edward M. Flanagan, Jr., *Battle for Panama: Inside Operation Just Cause* (Washington, DC: Brassey's, 1993), p. 211.

12. Frederic L. Borch, *Judge Advocates in Combat: Army Lawyers in Military Operations from Vietnam to Haiti* (Washington, DC: U.S. Gabinete do Juiz Militar do Exército e do Centro de História Militar, 2001), p. 104.

13. A mais completa e detalhada descrição das operações de prisioneiros de guerra inimigos durante a *Desert Storm* se encontra no livro de John R. Brinkerhoff, Ted Silva, e John Seitz, *United States Army Reserve in Operation Desert Storm, Enemy Prisoner of War Operations: The 800th Military Police Brigade* (Washington, DC: Chefe da Reserva dos Exército dos EUA, 1992).

14. Para uma descrição da instalação para detidos em Port-au-Prince, Haiti, e sua operação veja Cap Edward R. Armstrong, "Detainee Operations in Haiti During Operation Uphold Democracy" *Military Police* (Winter 1995): pp. 16-19.

15. Veja *Law and Military Operations in Haiti, 1994-95: Lessons Learned for Judge Advocates* (Charlottesville, Virginia: The Judge Advocate General School, 1995), pp. 59-62.

16. Maj Edward R. Armstrong, entrevista por correio eletrônico, 4 de agosto de 2004.

17. Regulamento do Exército dos EUA (AR) 633-50, *Prisoners of War—Administration, Employment and Compensation* (Washington, DC: GPO, 8 de agosto de 1963); Regulamento do Exército (AR) 190-8, *Enemy Prisoners of War Administration, Employment, and Compensation*, (Washington, DC: GPO,

1º de junho de 1982); Regulamentos do Exército (AR) 190-8, *Enemy Prisoners of War, Retained Personnel, Civilian Internees and Other Detainees* (Washington, DC: GPO, 1º de Novembro de 1997).

18. Regulamento do Exército (AR) 190-8, 1º de junho de 1982.

19. Regulamento do Exército (AR) 190-8, 1º de novembro de 1997.

20. Manual de Campanha (*FM*) 19-40 (Washington, DC: GPO, 1952). Os títulos subsequentes para esse manual são *Enemy Prisoners of War and Civilian Internees* (21 de agosto de 1964 e 11 dezembro de 1967); *Enemy Prisoners of War, Civilian Internees, and Detained Persons* (27 de fevereiro de 1976); e *Internment/Resettlement Operations* (1º agosto de 2001). Em 2001 o Departamento do Exército renumerou os manuais de campanha de *FM 19-40 para FM 3-19.40*.

21. Manual de Campanha (*FM*) 30-15, *Examination of Personnel and Documents* (Washington, DC: GPO, 1951). Títulos subsequentes para o *FM 30-15* são *Intelligence Interrogation* (26 de setembro de 1960, 27 de julho de 1967, 7 de março de 1969, 1º de julho de 1973, e 29 de setembro de 1978). Em 1987, o número e os nomes mudaram para *FM 34-52, Intelligence Interrogation* (8 de maio de 1987 e 28 de setembro de 1992). Na ocasião em que foi escrito este artigo não se encontrava a disposição para análise a versão de 1960 do manual de campanha.

22. Título 10 – "Armed Forces" do Código dos EUA, Subtítulo A – "General Military Law," Parte II – "Personnel" Capítulo 47 – "Uniform Code of Military Justice" endereço eletrônico. <www.access.gpo.gov/uscode/title10/subtitlea_partii_chapter47_.html>, acessado em 11 de Janeiro de 2005.

23. Manual de Campanha (*FM*) 34-52, *Intelligence Interrogation* (Washington DC: GPO, 28 de setembro de 1992).

24. Gabinete do Inspetor Geral, *Detainee Operations Inspection* (Washington, DC: GPO, 21 de julho de 2004), vi.

25. Veja manual de campanha (*FM*) pp. 34-52 (1992), app. G.

26. Veja por exemplo o manual de campanha (*FM*) 19-40 (1967), parágrafo. 1-2.a.

27. Manual de campanha (*FM*) 19-40 (1976), parágrafo. 1-3.a.

O Major (Res) James F. Gebhardt é historiador do Instituto de Estudos de Combate, no Forte Leavenworth - Kansas. Graduou-se pela Idaho University e obteve o título de Mestre pela Washington University. É autor de vários artigos e estudos sobre tática do Exército Soviético.